



Ata de Reunião	CGTIC
-----------------------	--------------

Identificação da reunião		
Décima terceira reunião ordinária da Comissão de Tecnologia do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região.		
Data	Horário	Local
11/06/2012	14h às 19h30	Sala de reuniões da Presidência
Participante		
Nome	Papel	
Desembargadora Presidente Elaine Machado Vasconcelos	Membro Presidente da Comissão	
Desembargador Alexandre Nery Rodrigues de Oliveira	Membro da Comissão	
Desembargador José Leone Cordeiro Leite	Membro da Comissão	
Juiz Urgel Ribeiro Pereira Lopes	Membro da Comissão	
Desembargador André Rodrigues Pereira da Veiga Damasceno	Colaborador, Desembargador Vice-Presidente	
Ademir Batista da Silva	Colaborador, Secretário-Geral da Presidência	
Gilvan Silva Pereira Ramos	Colaborador, Diretor-Geral Administrativo	
Cláudio Luís Gonçalves Garcia	Colaborador, Secretário-Geral Judiciário	
Flávio Augusto Sabbá Franco	Colaborador, Secretário da Corregedoria Regional	
Roberto Eduardo Villar Leão de Aquino	Colaborador, Assessor da Presidência	
Rosemary Domingues Wargas	Colaboradora, Secretária de Gestão de Pessoas	
Marcos Barbosa Andrade	Colaborador, Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações	
Gustavo de Almeida Rocha	Colaborador, Coordenador de Tecnologia	
Janderson Casado de Vasconcelos Santos	Colaborador, Coordenador de Sistemas	
Jorge Alexandre Martins	Colaborador, Coordenador de Suporte ao Usuário	
Eugênio Lúcio Machado Frauzino Pereira	Colaborador, Especialista da SETIN, secretário da reunião	
Pauta		
<ol style="list-style-type: none">1. Apresentação dos presentes.2. Aprovação da ata da 12ª reunião da Comissão.3. Informativo.4. Ações a serem referendadas.5. Ações deliberadas em reuniões anteriores.6. Ações a serem deliberadas.		



1. Apresentação dos presentes.

A Presidente abriu a 13ª Reunião registrando que:

- É a primeira reunião na nova gestão e acontece mais tardiamente do que o programado em função do envolvimento da maioria dos participantes em ações prioritárias e urgentes do PJe.
- Foram convidados, para que também tragam suas contribuições, o Desembargador Vice-Presidente, André Damasceno, e a Juíza Titular da 2ª Vara do Trabalho de Araguaína, Rosarita Caron, representando o estado de Tocantins, esta ausente justificadamente.
- Apesar da mudança dos atores, o formato adotado nas Comissões anteriores deverá ser mantido em nome da continuidade dos trabalhos, pois o compromisso maior é com a Instituição.
- O Secretário-Geral da Presidência participará de todas as reuniões, assim como o Diretor-Geral Administrativo, o Secretário-Geral Judiciário e a Secretária de Gestão de Pessoas.

2. Aprovação da ata da 12ª reunião da Comissão.

A Comissão entendeu, e assim deliberou, que não há necessidade de aprovação da Ata da 12ª Reunião da Comissão de Tecnologia, uma vez que essa já está assinada e publicada.

3. Informativo.

3.1. Cláudio Garcia e Marcos Barbosa informaram sobre a digitalização dos recursos ao TST.

3.1.1. Processos ao TST pendentes de digitalização: 7 meses de atraso.

3.1.2. Foi instalada nova central de digitalização no Foro de Brasília.

3.1.3. Em processo de contratação serviços de digitalização realizados por surdos-mudos, constituindo ação de inclusão social.

3.1.4. Será montada uma unidade para classificação das peças processuais digitalizadas com a participação de estagiários em direito.

3.1.5. Objetivo: reduzir o tempo dos atuais 7 meses para 15 dias, enquanto não se conclui a implantação total do PJe, que deverá eliminar essa necessidade.

3.2. Marcos Barbosa informou sobre o Sistema de Precatório.

3.2.1. Foi entregue o módulo de cadastro de precatórios para o primeiro grau e o módulo de recebimento e autuação do segundo grau, diminuindo o uso do papel.

3.3. Marcos Barbosa informou sobre o Processo Judicial Eletrônico – PJe.

3.3.1. Data da instalação na VT/Gama: 21/03/2012.

3.3.2. Estatística em 08/06/2012:

3.3.2.1. Número de processo: 325.

3.3.2.2. Advogados: 139.

3.3.2.3. Audiências marcadas: 377.

3.3.2.4. Audiências realizadas: 201.

3.3.3. Cronograma das próximas instalações.

3.3.3.1. Em 2012:

- Até 25/06: implantação na Primeira Turma.

- Até 25/09: implantação nas demais Turmas.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA REGIÃO**

- Até 31/12: 10% das Varas do Trabalho (4 Varas): Gama, Palmas (2) e Gurupi.

→ A Presidente esclareceu que a implantação do PJe em Taguatinga está condicionada à identificação de imóvel para instalação das duas novas Varas.

3.3.3.2. Em 2013: 40% das Varas do Trabalho (13 Varas).

3.3.4. Inserção do TRT-10ª Região no projeto.

3.3.4.1. Foram realizados treinamentos no sistema.

3.3.4.2. Os servidores Cristiano Pedreira Goes e Bruno Ferreira de Araújo da CDTEC prestaram apoio ao CSJT na instalação da infraestrutura no TRT18/GO entre 14 e 18/05.

3.3.4.3. Os servidores Fernando Henrique de Melo Colombo da CDSIS e Jessé Pinto de Melo da CDTEC prestaram apoio ao CSJT para integração do AUD ao PJe.

3.3.4.4. Há expectativa do CSJT no redesenvolvimento do AUD em Java no segundo semestre, ficando sob responsabilidade do TRT-10ª Região.

3.4. Marcos Barbosa informou sobre o Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIGA.

3.4.1. Composição do Comitê Gestor do SIGA – cgSIGA:

Luiz Fernando Taborda Celestino – Diretor-Geral do TRT da 4ª Região.

Carlos Tadeu Goulart – Diretor-Geral do TRT da 17ª Região.

Álvaro Celso Bonfim Resende – Diretor-Geral do TRT da 18ª Região.

Adriana Martorano Amaral Corchetti – Diretora Administrativa do TRT 15ª Região.

Max Frederico F. Guedes Pereira – Diretor da Secretaria de Tecnologia de Informação e Comunicação do TRT da 13ª Região.

Alexandre William Majdalani – Supervisor da Seção de Sistemas Administrativos do TST.

3.4.2. Primeira reunião da atual composição do Comitê ocorreu em 25/5/2012, com as seguintes deliberações:

3.4.2.1. Aquisição da solução integrada, em detrimento do desenvolvimento (unanimidade), com foco em Recursos Humanos e Folha de Pagamento, que integrariam o primeiro módulo do sistema.

3.4.2.2. Criação de grupo de trabalho com reunião imediata (4 a 6/6/2012) para:

- Conhecer o projeto, rever termo de referência e rever o contrato com o CPqD.
- Definir cronograma das próximas ações.
- Definir reunião com empresas para levantar a estimativa de preço.

⇒ Marcos Barbosa defendeu a criação de um Comitê Gestor Regional para interagir com o Comitê Gestor Nacional a fim de colaborar com o projeto e de garantir o atendimento dos interesses do TRT-10ª Região, o que não ocorreu com o projeto PJe. A Comissão acolheu por unanimidade a indicação.



⇒ A DIGER deverá preparar minuta de Portaria para criação do Comitê Gestor Regional do Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIGA.

3.5. Marcos Barbosa informou sobre as necessidades do TRT-10ª Região apresentadas na última reunião ordinária do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho – CGTIC-JT.

3.5.1. Contratação de serviços técnicos especializados em desenvolvimento e sustentação de software.

3.5.1.1. Licitação da Fábrica de Software será conduzida pelo TRT10.

3.5.1.2. Garantidos os recursos para custear participações em ações nacionais.

3.5.1.3. Ações internas, sem reflexos nacionais, deverão ser custeadas com orçamento próprio, que ainda não há para o corrente exercício.

3.5.1.4. Buscando parcerias com CSJT, CNJ, Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal.

3.5.2. Atualização do parque de microcomputadores.

3.5.2.1. Previsão de 137 micros em 60 dias, já com 2 monitores de 19". A ordem de distribuição levará em conta a instalação do PJe, conforme determinou a Presidente.

3.5.2.2. Previsão de mais micros até o fim do ano, em quantidade sendo negociada com o CSJT.

3.5.3. Aquisição de escâneres.

3.5.3.1. Há uma ação nacional a ser concluída em 2012, por isso não foi analisada pela CGTIC-JT.

3.5.4. Adequação do datacenter.

3.5.4.1. Dois *datacenters* replicados:

- Um no Ed. Sede.
- Um no Foro de Brasília, para replicação dos dados dos principais aplicativos, garantindo a guarda (backup) dos dados e a disponibilidade dos principais serviços.
- Conseguiu-se patrocínio orçamentário do CSJT para custeio integral do projeto.

3.5.4.2. Serão duas licitações:

- Uma para contratação de empresa para análise de riscos físicos, confecção do projeto básico para adaptação dos *datacenters* e fiscalização dos serviços, no valor estimado de R\$ 200.000,00.
- Uma para contratação de empresa para execução dos serviços de adaptação dos *datacenters*, no valor estimado de R\$ 1.500.000,00 por datacenter.
- Total estimado do projeto: R\$ 3.200.000,00.
- Equipamentos necessários para replicação dos ambientes ainda não foram estimados e nem analisados pelo CSJT.
- Autorizada descentralização de R\$ 200.000,00 para a primeira licitação.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA REGIÃO**

- Valor estimado para a execução da obra será melhor precisado durante a execução da primeira licitação.

⇒ A Presidente determinou à SETIN que se informe junto ao CSJT se os recursos a serem descentralizados poderão cobrir também as instalações elétricas na Sede, uma vez que as instalações nos arredores do datacenter também devem estar adequadas, conforme questionamento do Desembargador José Leone.

3.5.5. Reformulação da rede interna.

3.5.5.1. Autorizada licitação nacional conduzida pelo TRT10.

3.5.5.2. Previsão de aquisição para 2013, com expectativa para o final do ano, caso haja recurso.

3.5.6. Aquisição de tape library (robô de backup).

3.5.6.1. Não autorizada.

3.5.6.2. Estrutura descentralizada do TRT10 não é corroborada pelo CSJT, tese que vai ao encontro do pensamento da atual gerência da SETIN.

O Secretário de TIC afirmou, no entanto, que, para se conseguir uma estrutura mais centralizada, requer bastante esforço e tempo, e que são necessárias as aquisições e contratações propostas, nem todas com cobertura orçamentária ainda.

3.5.7. Aquisição de storage.

3.5.7.1. Não autorizada.

3.5.7.2. CSJT entende que o equipamento adquirido em 2011 atende às necessidades dos projetos nacionais.

3.5.8. Contratação de serviço técnico especializado para apoio à sustentação de infraestrutura de TI.

3.5.8.1. Não autorizado orçamento para custear necessidades internas.

3.5.8.2. Pode ser autorizado orçamento para custear apoio a ações nacionais.

3.6. Marcos Barbosa informou sobre a visita ao TRT-10ª Região dos secretários de TI do CSJT e do TST.

3.6.1. Os secretários ficaram sensibilizados com várias das necessidades do TRT10, principalmente em relação ao *datacenter*.

3.7. Cláudio Garcia e Marcos Barbosa informaram sobre a visita ao Foro de Araguaína/TO.

3.7.1. Data: 18 a 21/04/2012.

3.7.2. Objetivo: verificação *in loco* das necessidades e vistoria da obra da nova sede.

3.7.3. Equipe:

- Cláudio Luís Gonçalves Garcia – Secretário-Geral Judiciário.
- Sílvio Marcus Antunes – Secretário de Administração.
- Simone Luíza Garcia Magalhães – Chefe do Núcleo de Manutenção e Projetos.
- Marcos Barbosa Andrade – Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações.



- Jorge Alexandre Martins – Coordenador de Suporte ao Usuário.

3.7.4. Resumo:

- Foram registradas várias necessidades em todas as áreas.
- Na área de TI a principal deficiência é o baixo desempenho do link de comunicação de dados.
- Foram feitas várias recomendações de TI em relação à obra da nova sede.

3.8. Marcos Barbosa informou sobre a revisão da rede de comunicação de dados.

3.8.1. Interligação à Sede do Prédio de Apoio na 916N.

3.8.1.1. Será utilizada a rede INFOVIA, gerida pelo Serpro, com velocidade de 1Gbps.

3.8.1.2. A infraestrutura está pronta.

3.8.1.3. Para ativação por parte do SERPRO, falta aquisição de placas, em fase de cotação.

3.8.2. Readequação da interligação à Sede do Foro de Brasília.

3.8.2.1. Será utilizada a rede INFOVIA, gerida pelo Serpro, com velocidade de 1Gbps.

3.8.2.2. Será avaliada na prática a qualidade da INFOVIA no Prédio de Apoio antes de se interligar o Foro de Brasília nessa rede.

3.8.3. Ampliação do link internet do Ed. Sede.

3.8.3.1. Velocidade atual: 34Mbps.

3.8.3.2. Velocidade pretendida: 2 x 100Mps.

3.8.3.3. Valor atual: R\$ 5.800,00/mês (R\$ 170,58/Mbps).

3.8.3.4. Valor da nova configuração: R\$ 16.480,00/mês – 6.500,00 + 9.980,00 (R\$ 82,40/Mbps).

3.8.4. Substituição de todos os racks de rede no Ed. Sede.

3.8.4.1. Necessário para atender ao aumento previsto no número de pontos.

3.8.4.2. Total de 53 racks com melhor sistema de ventilação – menor índice de falha.

3.8.4.3. Previsão de conclusão: cronograma será concluído até agosto/2012.

3.8.5. Ampliação das quantidades de pontos de rede.

3.8.5.1. Foro de Brasília: concluída.

3.8.5.2. Prédio de Apoio/916N: concluída.

3.8.5.3. Ed. Sede: início em julho/2012.

3.8.6. Atualização dos equipamentos servidores em Tocantins.

3.8.6.1. Equipamentos servidores configurados encaminhados para Palmas.

3.8.6.2. Será apresentado cronograma de viagem logo após implantação do PJe no segundo grau.

3.9. Marcos Barbosa informou sobre solução de colaboração.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA REGIÃO**

- 3.9.1. A intenção é uma solução de colaboração mais completa baseada na nuvem, que requer, no entanto, um estudo mais detalhado e a captação de orçamento não disponível no momento.
- 3.9.2. Por enquanto está sendo focada a implantação de nova solução de e-mail, agenda e contatos corporativos, sendo analisada a versão gratuita da solução Zimbra, com possibilidade de aquisição da versão com suporte, caso haja orçamento.
- 3.10. Marcos Barbosa informou sobre Grupo de Trabalho de TI sobre Teletrabalho.
- 3.10.1. TI formou grupo de estudo nacional para analisar as tecnologias envolvidas no teletrabalho.
- A Presidente informou que o tema vai ser objeto de ações conjuntas da Presidência com a Escola Judicial, uma das quais será palestra a ser proferida por uma das maiores especialistas no tema no mundo ocidental, Denise Pires Fincato, Professora Doutora da PUCRS. Esse será o agente jurídico para falar sobre teletrabalho.
 - A Presidente informou, ainda, que, além do ator jurídico, deverão compor a mesa de debates um integrante da área de Gestão de Pessoas e um integrante da área de Tecnologia da Informação e Comunicações, focando, primordialmente, na qualidade de vida dos servidores.
 - O Desembargador Vice-Presidente recomendou fortemente a consideração da questão da segurança da informação ao se abordar o tema, ponto crucial da adoção desse modelo de atividades.
 - A Presidente informou que todas as nuances do tema serão abordadas, uma vez que as discussões sobre o teletrabalho estão apenas se iniciando.
- 3.11. Marcos Barbosa informou dos questionários do TCU e do CNJ sobre Governança de TI.
- 3.11.1. São questionários a serem submetidos à alta Administração, e devem ser respondidos até o final do mês de junho.
- 3.12. Marcos Barbosa informou sobre as demandas pendentes em relação aos sistemas de informação.
- 3.12.1. Foi feito um trabalho junto à CDPES no qual foi atendida a maioria das pendências daquela unidade relativas à área de TI, embora ainda tenha muito a ser feito em relação à modernização dos atuais sistemas e automação dos procedimentos.
- 3.12.2. Será feito levantamento geral de todas as demandas das unidades administrativas e judiciárias para que possam ser priorizadas pela Comissão de Tecnologia.
- 3.13. A Presidente informou sobre a postura do TRT10 em relação ao cenário nacional.
- 3.13.1. Na atual gestão, será incentivado o relacionamento técnico entre esta Corte, o TST e o CSJT, garantindo maior e melhor participação do TRT10 nos projetos nacionais da Justiça do Trabalho. Citou, como exemplo, a contratação da Fábrica de Software que está sendo conduzida pela SETIN.
- ⇒ Concluído este item informativo das ações em andamento na SETIN, a Presidente explicou que foi necessário tomar algumas decisões importantes *ad referendum* da Comissão em virtude de serem questões emergenciais, as quais perderiam o efeito ou não se concretizariam tempestivamente.



4. Ações a serem referendadas.

AÇÃO		SITUAÇÃO	DELIBERAÇÃO
1	15/02/2012 CI n. 003/2012/Gab. Des. Maria Regina Machado Guimarães. Solicita substituição de impressora Xerox Fazer 3130 que apresenta problemas constantes.	Concluído.	Referendado
2	12/03/2012 CI-TRT/SETIN N. 017/2012. Solicita instalação de escâner na VT do Gama para atendimento aos advogados atuantes no PJe.	Concluído.	Referendado
3	16/04/2012 CI GBPRE N. 025/2012. Solicita um microcomputador para novo servidor.	Concluído.	Referendado
4	23/04/2012 CI 13/2012 2a VT de Brasília/DF. Solicita um microcomputador para servidor da Secretaria da Corregedoria que atuará temporariamente na vara.	Concluído.	Referendado
5	16/04/2012 CI NUCOM N. 020/2012. Solicita monitor para microcomputador já instalado no Núcleo de Comunicação Social e Cerimonial.	Concluído.	Referendado
6	CI DRAM 011/2012. Instalação do segundo monitor nos microcomputadores dos secretários das turmas e do Tribunal Pleno, visando ao PJe para o segundo grau.	Concluído.	Referendado
7	12/12/2011 OF. FORO/ARAGUAÍNA/N. 076-2011. Solicita manter em funcionamento três impressoras multifuncionais não cobertas por garantia nem por contrato de manutenção que foram substituídas por novos equipamentos.	Sugestão da SETIN: autorizar, com indicação de não haver manutenção ou aquisição de consumíveis.	Referendado



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA REGIÃO

AÇÃO		SITUAÇÃO	DELIBERAÇÃO
8	10/04/2012 CI Diger N. 022/2012. Solicita substituição de duas impressoras da Diger por equipamentos que permitem a impressão frente e verso.	Concluído.	Referendado
9	12/04/2012 CI SECOR N. 14/2012 Solicita impressora e escâner.	Concluído.	Referendado

⇒ Foi consignado pela Comissão que:

I. todas as providências adotadas *ad referendum* pela Presidente foram referendadas.

II. fica estabelecido que a substituição de equipamentos defeituosos ou a instalação de novos equipamentos, se disponíveis em estoque, tanto nos Gabinetes quanto nas Unidades Administrativas, poderão ser feitas sem serem submetidas à Comissão, desde que devidamente justificada a necessidade técnica e respeitado o padrão adotado para cada unidade judicial e administrativa.

5. Ações deliberadas em reuniões anteriores.

AÇÃO		SITUAÇÃO	DELIBERAÇÃO
12ª Reunião – 03/03/2012			
1	Determinação do Presidente para duplicação dos monitores de vídeo dos diretores de secretaria – extra pauta.	Concluído	
2	Impressoras da Central de Mandados – extra pauta.	Licitação prevista para ser concluída em 60 dias.	
11ª Reunião – 04/11/2011			
1	Cronograma para substituição do WP pelo BrOffice na área administrativa.	Faltam algumas unidades.	Continuar a ação.
2	Inserção da indicação “Horário de Brasília” nas assinaturas digitais.	Concluído. Tocantins não entra em horário de verão.	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA REGIÃO

AÇÃO		SITUAÇÃO	DELIBERAÇÃO
3	Proposta para substituição/acréscimo de microcomputadores no estado do Tocantins (máquinas doadas pelo CNJ).	Todos os microcomputadores foram substituídos.	
4	Liberação de acesso ao Gabinete Virtual para secretários de audiência, a pedido da Emx. ^a Juíza Diretora do Foro de Araguaína/TO (Manifestação Ouvidoria 45836).	Indeferido devido à indicação da SETIN de que haveria quebra na segurança. Tentar liberação pelo menos para os oficiais de justiça. Deliberação na 9ª Reunião, em 1º/07/2011: liberação do acesso apenas aos magistrados do 1º grau, retornando, após 90 dias, relatório de impactos com o uso da ferramenta para apreciação da Comissão. Análise: a média de acessos simultâneos, nos últimos 3 meses, é de 23 usuários. Há 465 licenças para instalação com permissão para 165 acessos simultâneos.	Marcos Barbosa trouxe novamente à Comissão pois entende que o aumento da quantidade de usuários, com previsão de serem todos diretores, não aumenta o risco em relação à segurança, pois o serviço é utilizado amplamente. Foi feita nova avaliação nesta reunião, deliberando-se que fica indeferida a solicitação, em face da questão de segurança apresentada pelo Desembargador Alexandre Nery, devendo o assunto ser pautado novamente depois de efetuados os ajustes indicados.
5	Proposta da SETIN para retorno das opções de pesquisa jurisprudencial retiradas.	Não iniciado.	Des. Alexandre Nery propõe remodelagem do sistema, pois ele não atende às necessidades dos usuários, citando como exemplo as facilidades existentes na pesquisa do site do TST. Foi determinado que a SETIN contate o Desembargador para colher suas críticas e sugestões para a melhoria da ferramenta.
6	Manter informação "não possui caráter oficial" apenas nos e-mails encaminhados pelo TRT-Push, não no sítio na internet.	Concluído.	A oficialidade das informações constantes do sítio internet foi ratificada pela Comissão.
7	Desembargadora Maria Regina informa falha no sistema Sala de Sessões que não exibe a sentença do 1º grau.	Concluído e demonstrado em 31/05/2012 na sessão da 1ª Turma. Desembargadora Maria Regina vai	I. A Setin deverá preparar minuta de ofício a ser encaminhado à Desembargadora Maria Regina, informando que a solução será



AÇÃO		SITUAÇÃO	DELIBERAÇÃO
		submeter para aprovação da Presidente para uso pelas demais Turmas.	implantada nas demais turmas.
8	Desembargador Ribamar Lima Junior indaga se houve progresso quanto à proposta sobre captação do áudio das sessões.	O Presidente informou que indagará, via CI, a DGADM sobre o tema. Deliberado na 9ª Reunião, em 1º/07/2011, a realização de estudo pela SETIN em conjunto com a equipe de som. Deliberado, ainda, que, posteriormente, a DGADM, atual DIGER, verifique com o Exército Brasileiro, a possibilidade de atuação deles nesse projeto, apresentando o parecer na próxima reunião, se possível.	I. Mantida a ação de avaliação em conjunto pela SETIN e CDSEG, por meio do Setor de Apoio a Eventos. II. A SEGEP deverá apresentar plano de capacitação da equipe do Setor de Apoio a Eventos. III. Por questões de segurança, as gravações não serão disponibilizadas para acesso externo.
10ª Reunião – 02/09/2012			
1	Supervisão do PETI pela Comissão de Tecnologia.	Diretora de Gestão Estratégica apresentará proposta para composição do comitê. Deliberado na 9ª Reunião, dia 1º/07/2011: uma das competências da Comissão de Tecnologia está relacionada ao PETI, após a alteração do Regimento Interno.	Não há necessidade de criação de outra comissão para gerir o PETI, pois quem vai supervisioná-lo é a própria Comissão de Tecnologia, com apoio da Coordenadoria de Gestão Estratégica.
2	Situação do projeto Depósito Judicial Eletrônico (Nexxera).	No dia 17/05/2012 a empresa NEXXERA compareceu à CDSIS para apresentar o sistema "NORMATIVA 33" para geração de guias de depósito judicial e entregar seu manual. O PA que trata da questão foi, então, encaminhado à SGJUD para avaliação	A Presidente indicou a participação do Juiz Urgel Lopes, como membro da Comissão de Tecnologia e Juiz do 1º Grau, na próxima reunião com a empresa NEXXERA, no intuito de reforçar a importância e a urgência da ação.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA REGIÃO

AÇÃO		SITUAÇÃO	DELIBERAÇÃO
		do sistema e decisão sobre a estratégia de implantação.	
3	Exm.º Juiz Francisco Luciano indaga sobre a possibilidade de utilização da assinatura digital no novo sistema de mandados.	Está sendo desenvolvido o projeto de integração entre os sistemas de documentos padronizados do SAP1, Assinador Digital e Mandados Judiciais para atender esta demanda.	Ratificada a continuidade da ação.
9ª Reunião – 1º/07/2011			
1	Situação do projeto de Atermação (TRT23).	O sistema de atermação do TRT23 foi colocado à disposição das Varas do Trabalho do Tocantins para teste e homologação em 2010. Despacho do então Diretor-Geral Judiciário, de 11/05/2011, às fls. 73 do PA 1.025/2009, apresenta os problemas e dificuldades no uso do sistema relatados pelos juízes das Varas de Guaraí, Gurupi, Araguaína e Palmas.	A SGJUD encaminhará a questão ao Comitê Gestor Regional do PJe solicitando a verificação da situação real do módulo de atermação no PJe, se é previsto ou não, para posterior análise da oportunidade da adoção do sistema do TRT23, em função do grande esforço necessário para a implantação.
2	Projeto de digitalização de peças – acesso na internet aos documentos restritos.	O TRT10 atende em parte a Resolução CNJ 121 de 2010. Os dados básicos de acesso livre estão disponíveis na internet. O acesso a todo o conteúdo do processo aos advogados e partes cadastrados nos autos, mediante identificação por senha ou certificado, ainda não está disponível.	Para atender integralmente à Resolução CNJ 121 de 2010, deve-se aguardar a implantação do sistema PJe-JT no 1º e 2º graus, devendo retornar à pauta desta Comissão dentro de 6 meses (dezembro de 2012), ou antes, se alguma ação nova assim o exigir.
3	Proposta da SETIN para utilização de ferramenta de suporte remoto.	Aprovada a implantação com a devida divulgação. Falta regulamentar.	A Setin deverá encaminhar a questão para análise pelo Comitê de Segurança da Informação, sendo o parecer submetido à Comissão de Tecnologia.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA REGIÃO

AÇÃO		SITUAÇÃO	DELIBERAÇÃO
4	Qualquer demanda que venha diretamente a SETIN e que seja pertinente à área de atuação das Comissões de Gestão (judicial), será encaminhada a estas preliminarmente.	Sugestão da Setin: delegar em primeira instância aos gestores dos sistemas e em segunda instância à CGTI. Permanece no momento, duas filas distintas, judicial e administrativa, devido à organização atual da Coordenadoria de Sistemas.	A Presidente editará portaria instituindo o Gestor de Sistema de Informação e suas atribuições e portaria nomeando os gestores de todos os sistemas em funcionamento no Tribunal, desenvolvidos internamente ou não, inclusive os portais internet e intranet.
5	Ratificou a Comissão que as demandas da área administrativas sejam submetidas previamente à deliberação da Comissão de Tecnologia antes da atuação da SETIN.	Sugestão da Setin: delegar em primeira instância aos gestores dos sistemas e em segunda instância à CGTI. Permanece no momento, duas filas distintas, judicial e administrativa, devido à organização atual da Coordenadoria de Sistemas.	
6	Planilha de controle das demandas de TI avaliadas pela Comissão de Tecnologia deve conter a data de início e término das demandas.	Concluído.	Ratificada.



6. Ações a serem deliberadas.

6.1. Solicitações de Softwares

AÇÃO		SITUAÇÃO	DELIBERAÇÃO
1	CI NUCON 027/2012, de 14/05/2012 Solicita 05 licenças do MS-Office para o Núcleo de Contratos.	Indica que todos os arquivos do Núcleo de Licitações são no formato Word.	Indeferido, por falta de fundamentação técnica.
2	CI NUPRO N. 028/2012, de 26/03/2012. Solicita instalação da suíte de escritório Microsoft Office Standard (R\$ 934,24) nos seis microcomputadores do Núcleo de Manutenção e Projetos. Total: R\$ 5.605,44.		Indeferido, por falta de fundamentação técnica.
3	CI NUPRO N. 028/2012 e PA 5120/2011. Solicita aquisição de 03 licenças do Google Sketchup Pro (R\$ 1.375,00) e 03 plugins SU Podium (R\$ 549,00), para modelagem 3D pelo Núcleo de Manutenção e Projetos. Total: R\$ 5.772,00.		Deferido.



⇒ Com relação às solicitações de suíte do Microsoft Office foi deliberado que:

- I. As unidades que demonstrarem absoluta necessidade de uso da suíte Microsoft Office poderão submeter seu pedido, devidamente justificado, à SETIN que, após análise técnica, o incluirá na pauta da reunião seguinte da Comissão de Tecnologia para deliberação.
- II. As justificativas dos pedidos deverão ser estritamente técnicas, não sendo aceitas justificativas relacionadas à falta de capacitação ou a preferências pessoais.

6.2. Pauta do Des. André Damasceno.

6.2.1. Alteração no SAGA para permitir o controle dos processos internamente no gabinete.

⇒ Este item será retomado oportunamente em razão do solicitante ter se retirado, justificadamente, da reunião, devido ao adiantar do horário.

6.3. Pauta do Des. Alexandre Nery

6.3.1. Conversão para Java – PJe + SIGA.

⇒ Marcos Barbosa observou que os projetos PJe e SIGA, coordenados pelo CSJT, têm como premissa a plataforma web.

⇒ A Comissão entendeu que deve focar nesses projetos para se atender a solicitação, considerando o grande esforço no redesenvolvimento dos sistemas atuais, que serão substituídos em sua quase totalidade pelo PJe ou pelo SIGA.

6.3.2. Reescritura da página do Tribunal para a internet.

⇒ Marcos Barbosa informou que o Núcleo de Comunicação Social e Cerimonial está elaborando projeto para novo portal internet.

⇒ A Comissão entendeu que essa ação atende ao solicitado.

6.3.3. Reescritura da página do Tribunal para a intranet.

⇒ Marcos Barbosa informou que o Núcleo de Comunicação Social e Cerimonial está elaborando projeto para novo portal intranet.

⇒ A Comissão entendeu que essa ação atende ao solicitado.

6.3.4. Modernização do programa Sala de Sessões.

⇒ Aprovada indicação da Presidente para que os Desembargadores Alexandre Nery e José Leone sejam gestores do sistema e, conseqüentemente, conduzam os ajustes necessários, sem perder de vista que o sistema será substituído pelo PJe.

6.3.5. Modernização do parque de hardware.

Marcos Barbosa indicou as ações em andamento:

⇒ Aquisição de 137 microcomputadores com previsão de assinatura de contrato em 30 dias e entrega em 60 dias.

⇒ Aquisição de mais microcomputadores ainda este ano, em quantitativo sendo negociado junto ao CSJT.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA REGIÃO**

⇒ Aquisição de impressoras e de multifuncionais com previsão de assinatura de contrato em 30 dias e entrega em 60 dias.

6.3.6. Modernização da rede.

Marcos Barbosa indicou as ações em andamento:

⇒ Link internet de 34Mbps para 2 x 100Mbps redundantes.

⇒ Prédio de Apoio interligado à Infovia, com 1Gbps.

⇒ Interligação do Foro de Brasília à Infovia, com 1Gbps, assim que a interligação do Prédio de Apoio for estabilizada e validada sua qualidade.

6.3.7. Reexame das premissas de segurança.

⇒ Deliberado que esse tema deverá ser tratado na esfera do Comitê de Segurança da Informação, com indicação de que seja agendada reunião em breve, em face da necessidade de deliberação de outras importantes questões afetas ao comitê.

6.3.8. Majoração dos valores destinados à telefonia celular.

⇒ Diretor-Geral apresentou proposta da ANAMATRA para majoração dos valores destinados à telefonia móvel institucional, cujo parecer será apresentado em breve à Presidência.

6.3.9. Reexame do contrato de certificação para assinatura digital.

⇒ Des. Alexandre Nery indicou que o procedimento atual para emissão de certificados digitais está muito burocrático e ineficiente.

⇒ A Presidente convocará representante da Caixa Econômica Federal para tratar a questão.

6.3.10. Uso mais eficiente das atuais redes sociais pela área de comunicação do Tribunal.

⇒ A Presidente registrou que já está sendo providenciado, informando que a TV TRT 10 já está disponível no Youtube.

⇒ Des. Alexandre Nery enfatizou que o registro dos nomes na rede mundial de computadores seja mais célere, para que seja mantida a propriedade dos nomes relativos a este Regional do Trabalho.

⇒ Aprovada a sugestão do Juiz Urgel Lopes para que a SETIN analise, quanto aos requisitos técnicos e de segurança, a possibilidade de estender o Pandion aos aposentados, para posterior apreciação da Comissão.

6.3.11. Atualização e interligação dos programas SAP-1 e SAP-2.

⇒ Deliberado que a SETIN analisará a possibilidade de implantar a interoperabilidade entre os sistemas.

6.3.12. Atualização dos programas utilizados na primeira instância, na linha dos programas utilizados no Tribunal.

⇒ Deliberado que a SETIN deverá contatar o Juiz Denílson Bandeira Coelho em busca de maiores esclarecimentos sobre o assunto, para posterior análise, sem perder de vista a implantação do PJe.



6.4. Certificação Digital.

- ⇒ Marcos Barbosa informou que a CEF colocará à disposição do Tribunal 100 cartões para implantação do PJe-JT na Primeira Turma.
- ⇒ Aprovada proposta da SETIN para que as próximas aquisições de mídias para armazenamento de certificados digitais sejam *tokens*, e não mais *smart cards*, devido à maior mobilidade, maior robustez e melhor desempenho.

6.5. Valores excedentes às cotas de celulares institucionais.

- 6.5.1. Marcos Barbosa informou que não foram cobrados os valores excedentes às cotas em 2011, conforme determina a portaria que disciplina a utilização dos celulares institucionais.
- 6.5.2. Estão sendo firmados entendimentos com a Administração sobre essa portaria.
 - ⇒ Aprovada proposta da Presidente para que os valores excedentes atrasados de 2011 não sejam cobrados em parcela única, mas mês a mês, juntamente com o excedente do mês em curso, caso exista, não ultrapassando o limite de desconto legal permitido.
 - ⇒ Aprovada sugestão do Juiz Urgel Lopes para que a SETIN analise a possibilidade de disponibilizar as informações relativas ao uso dos celulares na intranet.

6.6. Sistema de Atendimento ao Usuário.

- 6.6.1. Em 16/04 passou a ser de uso obrigatório internamente na Setin.
- 6.6.2. Após homologação interna, estará disponível para os clientes.
- 6.6.3. Necessário regulamentar o uso, uma vez que existem indicadores de nível de serviço de contratos com terceiros que utilizam dados dessa ferramenta, cuja alimentação depende dos clientes de TI.
 - ⇒ Deliberado que a SETIN deverá elaborar minuta de portaria para regulamentação do uso do Sistema de Atendimento ao Usuário, para submeter à comissão para deliberação.

6.7. Centro de apoio e distribuição em Palmas.

- 6.7.1. A SETIN informa os servidores que atendem a TI, embora não exclusivamente:
 - Arlton – Foro de Palmas.
 - Warnner – Foro de Araguaína.
 - Felix – Vara de Gurupi.
 - Eden – Vara de Guaraí.
 - Ivan – Vara de Dianópolis.
- 6.7.2. Os servidores possuem FCs do próprio Foro ou Vara, não específicas de TI.
- 6.7.3. Os servidores cumprem sete horas diárias, porém há audiências pela manhã e à tarde.
- 6.7.4. Pelo número reduzido de servidores e pela carga horária, o suporte de TI nas Varas, principalmente nas audiências, fica bastante prejudicado. A contratação de empresa prestadora de serviços especializados de TI deve ser considerada, uma vez que a readequação do quadro permanente de TI deve demorar.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA REGIÃO**

6.7.5. Em 2009, com o TRT Moderno, foi proposta a destinação de funções próprias para correção dessa situação, não tendo sido acatada.

6.7.6. Marcos Barbosa informa que está discutindo com o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho – CGTIC-JT apoio para criação de uma Central Regional de Atendimento em TI, com apoio de serviços terceirizados, atendendo Brasília e Tocantins em um primeiro nível (telefônico e acesso remoto), mas o segundo nível necessita contar com servidores presencialmente nas Varas.

⇒ Aprovada a proposta da SETIN de formalizar Palmas como Centro de Apoio e Distribuição de equipamentos e serviços de TI para as unidades do TRT10 no estado do Tocantins.

⇒ A SETIN deverá tomar as providências necessárias para viabilizar de fato esse apoio estadual.

⇒ Em relação a funções específicas de TI, Des. Alexandre Nery informou que o assunto está sendo conduzido pela Comissão que trata da implantação da Resolução CSJT n. 63, da qual é membro.

6.7.7. Resolução CNJ N. 90:

Marcos Barbosa ressaltou que durante a discussão sobre a Resolução CSJT n. 63 é necessário levar em consideração a Resolução CNJ n. 90, que define o quadro mínimo de TI nos órgãos do Poder Judiciário.

Des. Alexandre Nery indicou que a Resolução CNJ n. 90 estará na pauta de discussões da comissão.

6.8. Política para aquisição de impressora laser colorida.

⇒ Aprovada proposta da SETIN para a criação de um centro de impressão colorida no Setor Gráfico da SEADM, centralizando todas as impressoras coloridas do Tribunal, visando à otimização da utilização desse recurso, que é de custo bastante elevado.

6.9. Segredo de Justiça.

⇒ Deliberado que a SGJUD verificará a regulamentação disponível sobre o tema no CNJ, no CSJT e no TST, para análise e, se for o caso, submeter novamente a questão à Comissão, com minuta de ato disciplinando o tema na Décima Região.

6.10. Próxima reunião.

⇒ Dia 06 de julho de 2012.



7. Ações a serem desenvolvidas.

AÇÃO		RESPONSÁVEL	DATA PROVÁVEL
1	Confeccionar minuta de Portaria para criação do Comitê Gestor Regional do Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIGA.	DIGER	
2	Obter informação junto ao CSJT se os recursos a serem descentralizados para readequação do datacenter podem ser estendidos para cobrir também as instalações elétricas na Sede como um todo.	SETIN	
3	Realizar ajustes no Gabinete Virtual.	Des. Alexandre Nery CDSIS	
4	Produzir relatório referente à segurança do Gabinete Virtual.	CDTEC	
5	Realizar ajustes na consulta à Jurisprudência.	Des. Alexandre Nery CDSIS	
6	Avaliação da qualidade da gravação do áudio nas sessões.	CDSEG CDSUP	
7	Confeccionar plano de capacitação da equipe responsável pela gravação do som das sessões.	SEGEP	
8	Confeccionar plano de implantação do sistema de Depósito Judicial Eletrônico (Nexxera).	Juiz Urgel Lopes SGJUD CDSIS	
9	Encaminhar ao Comitê Gestor Regional do PJe solicitação de avaliação da implantação do sistema de atermação do TRT23 ou aguardar-se o PJe.	SGJUD	
10	Encaminhar para análise do Comitê de Segurança da Informação a utilização de suporte remoto.	CDSUP	
11	Confeccionar minuta de portaria instituindo o Gestor de Sistema de Informação e suas atribuições	CDSIS	
12	Confeccionar minuta de portaria nomeando os gestores de todos os sistemas em funcionamento no Tribunal, desenvolvidos internamente ou não, inclusive os portais internet e intranet.	CDSIS	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA REGIÃO

AÇÃO		RESPONSÁVEL	DATA PROVÁVEL
13	Realizar ajustes no sistema Sala de Sessões.	Des. Alexandre Nery Des. José Leone CDSIS	
14	Confeccionar parecer sobre proposta da ANAMATRA para majoração dos valores destinados à telefonia móvel institucional.	DIGER	
15	Convocar representante da Caixa Econômica Federal para tratar sobre melhorias na emissão e gestão dos certificados digitais.	Presidência CDPES SETIN	
16	Analisar, quanto aos requisitos técnicos e de segurança, a possibilidade de estender o Pandion aos aposentados.	CDTEC CDPES	
17	Analisar a possibilidade de implantar a interoperabilidade entre os sistemas SAP1 e SAP2.	Comitê SAP1 Comitê SAP2 CDSIS	
18	Contatar o Juiz Denílson Bandeira Coelho em busca de maiores esclarecimentos sobre atualização dos programas utilizados na primeira instância, na linha dos programas utilizados no Tribunal.	CDSIS	
19	Providenciar a cobrança dos valores excedentes atrasados de 2011 referentes à telefonia móvel institucional.	CDSUP	
20	Analisar a possibilidade de disponibilizar as informações relativas ao uso dos celulares na intranet.	CDSUP CDSIS	
21	Confeccionar minuta de portaria para regulamentação do uso do Sistema de Atendimento ao Usuário.	CDSUP	
22	Tomar as providências necessárias para efetivar Palmas como Centro de Apoio no Tocantins.	SETIN	
23	Implantar centro de impressão colorida no Setor Gráfico da SEADM, centralizando no setor todas as impressoras coloridas do Tribunal.	SETIN SEADM	
24	Recuperar toda regulamentação disponível sobre segredo de justiça.	SGJUD	



Histórico de Revisão

Data	Versão	Descrição	Autor	Revisor
27/07/2012	1.0	Confecção do documento	Eugênio Lúcio Machado Frauzino Pereira	Marcos Barbosa Andrade